



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS  
CIDADE DOS PROFETAS



Ofício n.º PMC/SEGOV/109/2008

Congonhas, 17 de março de 2008.

Exmo. Sr.

João Lourenço Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal de  
CONGONHAS/MG

Assunto: **Encaminhamento.**

Senhor Presidente,

Encaminhamos, para análise e votação dos Senhores Vereadores, o Projeto de Lei que **"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER "CARTÃO ALIMENTAÇÃO", dando ao mesmo o REGIME DE URGÊNCIA.**

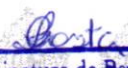
Aproveitamos o ensejo para nossa manifestação de apreço e consideração e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

  
**ANDERSON COSTA CABIDO**

**Prefeito de Congonhas**

Câmara Municipal de Congonhas  
Nº Protocolo 137  
Recebido em 18 de 03 de 2008  
Horário 15:55

  
Assinatura do Responsável





PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS  
CIDADE DOS PROFETAS



PROJETO DE LEI N.º 020 /2008.

**Autoriza o Poder Executivo a conceder “Cartão Alimentação”.**

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito, promulgo e sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a concessão do “Cartão Alimentação” aos servidores públicos municipais da Administração Pública direta e indireta, cujo objetivo é possibilitar a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene pessoal e de limpeza, prioritariamente no comércio local.

**Parágrafo único.** Em nenhuma hipótese será permitido o uso do crédito alimentar para aquisição de bebidas alcoólicas e cigarro.

**Art. 2º** O valor do “Cartão Alimentação” será de R\$70,00 (setenta reais).

**Art. 3º** O “Cartão Alimentação” será concedido aos servidores efetivos, contratados, inativos e pensionistas.


**Parágrafo único.** Quanto aos servidores ocupantes de cargos comissionados, o benefício será concedido àqueles que percebem o vencimento de até 3 (três) salários mínimos.

**Art. 4º** As despesas decorrentes do “Cartão Alimentação” serão custeadas por lei orçamentária, conforme já custeadas nos exercícios anteriores.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor a partir de 31 de março de 2008.

**Art. 6º** Fica revogada a Lei n.º 2.686, de 12 de março de 2007.

Congonhas, 13 de março de 2008.

  
**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

PROJETO DE LEI N.º 020/2008  
APROVADO EM única DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.  
VOTAÇÃO 07 FAVORÁVEIS - NULOS  
- CONTRÁRIOS - BRANCOS  
CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG  
Em 06 de março de 2008

  
Ademir Pereira de Oliveira  
Procurador Geral





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS**  
CIDADE DOS PROFETAS

**JUSTIFICATIVA**



**Senhor Presidente,**

**Senhores Vereadores,**

Conforme cronograma estabelecido pela Administração Municipal para atender as reivindicações do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SINDICON -, encaminhamos aos nobres Edis o presente Projeto de Lei, a fim de conceder a todos os servidores os benefícios do “Cartão Alimentação”, que, atualmente, beneficia 2.426 servidores e, desse modo, passará a atender todos os servidores efetivos e contratados, sem distinção, além dos comissionados que percebem vencimento de até 3 salários mínimos.

Torna-se necessário também reajustar o valor do cartão alimentação, em percentual de 16,66%, para manter o poder aquisitivo do mesmo.

Certos da aprovação do projeto de lei em questão, manifestamos nossos agradecimentos e, no ensejo externamos todo nosso respeito e consideração aos membros do Poder Legislativo Municipal.

Congonhas, 13 de março de 2008.

  
**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

  
Ademir Pereira de Oliveira  
Procurador Geral





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS**  
CIDADE DOS PROFETAS



**ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO**

A despesa referente à concessão aos servidores públicos municipais da administração direta e indireta, autarquias e fundações o “Cartão Alimentação”, com exceção dos cargos comissionados que recebem acima de três salários mínimos, no valor de R\$70,00 (setenta reais), será contabilizada na dotação orçamentária própria, cujo saldo será suficiente para garantir o empenho de tais despesas no exercício de 2008, as quais estimamos um acréscimo de R\$ 571.546,52 (quinhentos e setenta e um mil quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).

Estimamos também que o total de tal despesa comprometerá 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) da receita prevista no exercício financeiro atual e 0,35 % (zero virgula trinta e cinco por cento) da despesa prevista neste exercício.

A referida despesa é objeto de dotação específica e suficiente, previstas no programa de trabalho, assim como atende à Lei de Diretrizes Orçamentárias e encontra-se adequada aos parâmetros financeiros da administração; não infringindo, portanto quaisquer disposições da legislação, especificamente ao que determina o artº 16 da Lei Complementar 101/2000.

<b>ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO</b>			
<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<i>Despesa fixada/projetada para o exercício (A)</i>	<i>163.646.000,00</i>	<i>176.554.841,00</i>	<i>119.800.047,00</i>
<i>Despesa com cartão prevista –(B)</i>	<i>571.546,52</i>	<i>2.452.800,00</i>	<i>2.511.600,00</i>
<i>Estimativa do Impacto Orçamentário (B/Ax100)</i>	<i>0,35%</i>	<i>1,39%</i>	<i>2,10 %</i>


Salientamos ainda que tal despesa será empenhada no exercício de 2008, e que ficarão parcelas remanescentes para serem empenhadas no exercício seguinte.

Concluimos, portanto, que a entidade disporá de recursos orçamentários e financeiros suficientes para a realização desta despesa.

Prefeitura Municipal de Congonhas, aos quatorze dias do mês de março de 2008.

  
Vilma de Moura

Secretário Municipal de Finanças

  
Lucimara Aparecida Junqueira  
Diretora de Planejamento e Orçamento

**DECLARAÇÃO DA VERIFICAÇÃO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO**

Declaro, para fins do cumprimento do Inciso II, do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, que a concessão aos servidores públicos municipais da administração direta e indireta, autarquias e fundações o “Cartão Alimentação”, com exceção dos cargos comissionados que recebem acima de três salários mínimos, no valor de R\$70,00 (setenta reais), é compatível com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) no que se refere às metas da Administração, assim como é compatível com o PPA (Plano Plurianual).

Declaro, ainda, com base na Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro que a concessão tem a devida adequação para sua realização.

Prefeitura Municipal de Congonhas, aos quatorze dias do mês de março de 2008.

  
**DIVINO SABARÁ**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG

Secretaria, 18 março, 2008.

Refere-se ao projeto de lei  
nº 020/2008.

Ao plenário para leitura,  
na reunião ordinária do  
dia 19 de março.





# Câmara Municipal de Congonhas

Câmara Municipal de Congonhas, 26 de março de 2008.



**Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final;  
Comissão de Obras e Serviços Públicos;  
Comissão de Saúde e Assistência Social e  
Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento.**

**Ref.: Projeto de Lei nº 020/2008** – Autoriza o Poder Executivo a conceder “Cartão Alimentação”.

## RELATÓRIO

O projeto de lei visa reajustar o benefício e estendê-lo aos servidores contratados.

O “Cartão Alimentação” foi instituído no exercício de 2007, a exigência de sujeitar-se às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e de estar prevista na Lei Orçamentária Anual está sendo cumprida. O projeto está de acordo com a Lei nº 4.320/64.

O projeto está acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

A matéria está devidamente motivada, o Executivo é competente para apresentá-la.

O projeto é legal e constitucional.

Somos favoráveis à aprovação da matéria.

Este é o nosso relatório.

**Relator**

CMC/mari





# Câmara Municipal de Congonhas

Câmara Municipal de Congonhas, 26 de março de 2008.



Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final;

**Ref.: Projeto de Lei nº 020/2008** – Autoriza o Poder Executivo a conceder “Cartão Alimentação”.

## RELATÓRIO

O projeto de lei está redigido de acordo com a técnica legislativa, conforme determina o Regimento Interno desta Casa.

Este é o nosso relatório.

**Relator**

CMC/mari



# Câmara Municipal de Congonhas



**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 011/2008**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER “CARTÃO ALIMENTAÇÃO”.**

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a concessão do “Cartão Alimentação” aos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta, cujo objetivo é possibilitar a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene pessoal e de limpeza, prioritariamente no comércio local.

**Parágrafo único.** Em nenhuma hipótese será permitido o uso do crédito alimentar para aquisição de bebidas alcoólicas e cigarro.

**Art. 2º** O valor do “Cartão Alimentação” será de R\$ 70,00 (setenta reais).

**Art. 3º** O “Cartão Alimentação” será concedido aos servidores efetivos, contratados, inativos e pensionistas.

**Parágrafo único.** Quanto aos servidores ocupantes de cargos comissionados, o benefício será concedido àqueles que percebem o vencimento de até 3 (três) salários mínimos.

**Art. 4º** As despesas decorrentes do “Cartão Alimentação” serão custeadas por lei orçamentária, conforme já custeadas nos exercícios anteriores.

**Art. 5º** Esta lei em vigor a partir de 31 de março de 2008.

**Art. 6º** Fica revogada a Lei nº 2.686, de 12 de março de 2007.

Câmara Municipal de Congonhas, 26 de março de 2008.

**JOÃO LOURENÇO GONÇALVES**  
**Presidente da Mesa Diretora**  
**Câmara Municipal de Congonhas**

CMC/mari





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS**  
CIDADE DOS PROFETAS

**LEI N.º 2.776, DE 27 DE MARÇO DE 2008.**



**Autoriza o Poder Executivo a conceder “Cartão Alimentação”.**

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito, promulgo e sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a concessão do “Cartão Alimentação” aos servidores públicos municipais da Administração Pública direta e indireta, cujo objetivo é possibilitar a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene pessoal e de limpeza, prioritariamente no comércio local.

**Parágrafo único.** Em nenhuma hipótese será permitido o uso do crédito alimentar para aquisição de bebidas alcoólicas e cigarro.

**Art. 2º** O valor do “Cartão Alimentação” será de R\$70,00 (setenta reais).

**Art. 3º** O “Cartão Alimentação” será concedido aos servidores efetivos, contratados, inativos e pensionistas.

**Parágrafo único.** Quanto aos servidores ocupantes de cargos comissionados, o benefício será concedido àqueles que percebem o vencimento de até 3 (três) salários mínimos.

**Art. 4º** As despesas decorrentes do “Cartão Alimentação” serão custeadas por lei orçamentária, conforme já custeadas nos exercícios anteriores.


**Art. 5º** Esta lei entra em vigor a partir de 31 de março de 2008.

**Art. 6º** Fica revogada a Lei n.º 2.686, de 12 de março de 2007.

Congonhas, 27 de março de 2008.

  
**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

Câmara Municipal de Congonhas  
Nº Protocolo ( 187 )  
Recebido em 01 de 04 de 2008  
Horário 13:09

  
Assinatura do Responsável



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG

Secretaria, 01/04/08

Refere-se ao Projeto de  
Lei nº 020/2008

Arquive-se  
encaminhado

